

PARECER DA CONTROLADORIA GERAL SOBRE AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO FORTUNA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015.

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

Controladoria Geral

PARECER CG/N. 01/2016

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

DA AUDITORIA REALIZADA

A Controladoria Geral programou e realizou Auditoria Interna entre os dias 20 de Janeiro a 15 de Fevereiro 2016, para verificação do cumprimento às normas de Controle Interno pelos servidores, no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício de 2015.

O Relatório de Auditoria Interna revelou que os servidores em geral assimilaram bem a importância do Sistema de Controle Interno para a Administração, apoiando o trabalho de auditor e cumprindo de maneira satisfatória as normas estabelecidas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No exercício de 2015, as receitas consolidadas da Prefeitura, dos Fundos e da Autarquia foram R\$ 18.276.887,87A arrecadação foi menor em relação à receita prevista. Receita prevista: R\$ 24.906.050,00Receita arrecadada: R\$ 18.276.887,87 arrecadação a menor: R\$ 6.629.162,13.

As atividades desenvolvidas com estes recursos podem ser resumidas através dos Demonstrativos no Balanço Anual.

COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Ao final do exercício o município apurou um déficit orçamentário no valor de R\$ 49.644,04 (quarenta e nove mil seiscientos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), sendo absorvido

pelo superávit financeiro no valor de R\$ 697.198,20 (Seiscentos e noventa e sete mil cento e noventa e oito reais vinte centavos).

GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE E ENSINO

No exercício de 2015, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 77, § 1º, do ADCT, o Município deveria aplicar, em ações e serviços públicos de saúde, pelo menos 15% das receitas produto de impostos.

Aplicação de 15% de receita com Impostos com Saúde	
Componente	Valor (R\$)
(+) Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.560.463,72
(-) Despesas realizadas com recursos de Convênio em Saúde	1.197.902,79
Total das Despesas para Efeito de Cálculo	2.362.560,93
Valor Mínimo a ser aplicado (15% das receitas Impostos)	1.745.112,01
Valor acima do percentual de 15% das receitas de Impostos	617.448,92
Percentual Aplicado	20,31

Conforme Demonstrativo de Controle de Gastos em Saúde, anexo ao Balanço Geral, o Município aplicou R\$ 2.362.560,93 equivalente a 20,31% das receitas produto de impostos, que somaram R\$11.634.080,06 atendendo, portanto, o mandamento constitucional.

Aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, inclusive, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF)

Aplicação de 25% da receita de Impostos (art. 212 CF)	
Componente	Valor (R\$)
(+) Despesas com Educação Infantil	36.396,28
(+) Despesas com Ensino Fundamental	3.929.236,25
(-) Despesas realizadas com Recursos Vinculados destinados ao Ensino Fundamental	435.335,75
(+) Perda com FUNDEB	594.407,08
Total das Despesas para Efeito de Cálculo	4.119.042,92
Valor Mínimo a ser aplicado	2.990.533,56

Valor acima do Limite (25%)	1.128.509,36
Percentual Aplicado	34,43

De acordo com o Demonstrativo do Controle dos Gastos em Ensino, anexo ao Balanço Geral, o Município aplicou R\$ 4.119.042,92 em manutenção e desenvolvimento do ensino, o que equivale a 34,43% das receitas resultantes de impostos.

Ainda, de acordo com os dados apurados, o Município aplicou R\$ 1.530.412,11 na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, o que equivale a 94,71% dos recursos recebidos do FUNDEF, o qual totalizou R\$ 1.615.895,01

Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 21 da Lei da Lei nº 11.494/2007)

Componente	Valor (R\$)
Transferência do Fundeb	1.610.234,11
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas FUNDEB	5.660,90
Saldo em 31/12/2014	00,00
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.615.895,01
95% dos Recursos do FUNDEB	1.535.100,28
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhada e liquidada com recursos do FUNDEB.	1.615.895,01
Valor acima do Limite (95% do FUNDEB com manutenção e desenvolvimento da educação básica).	80.794,73

Os dados registram que o Município cumpriu com o mandamento constitucional de gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e ensino.

GASTOS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO

A) Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal do Poder Executivo somaram R\$ 7.113.666,98 equivalentes a 50,24% das receitas correntes líquidas R\$ 14.159.845,97

Estes números mostram que os gastos com pessoal ficaram dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar n. 101/2000.

CONCLUSÃO

Considerando-se o resultado da Auditoria Interna, que revelou uma situação satisfatória no cumprimento das normas de Controle Interno, apesar da acanhada estrutura administrativa;

Considerando-se o cumprimento das metas fiscais e financeiras na execução dos programas financiados com recursos ordinários;

Considerando-se o resultado financeiro superavitário, em atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa, inclusive por fonte de recursos;

Considerando-se as medidas efetivas adotadas para cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

Considerando-se o cumprimento dos gastos mínimos com saúde e ensino;

Considerando-se a observância aos limites de gastos com pessoal e de endividamento; e

Considerando-se que os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade, a **CONTROLADORIA GERAL ENTENDE SEREM ADEQUADAS AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015, EXPRESSAS NO BALANÇO GERAL, E SEGUNDO OS CONTROLES INTERNOS PRATICADOS COM VISTAS A PREVENIR ERROS, FALHAS, ILEGALIDADES, FRAUDES E DESPÉRDÍCIOS.**

Rio Fortuna/ SC, 15 de Fevereiro de 2016.

RENÉRIO ROECKERELIEGE WIGGERS

Contador Controladora Geral do Controle Interno